

AO EXPEDIENTE DO DIA
13 de junho de 2007
PRESIDENTE



Estado da Paraíba
Assembleia Legislativa
Gabinete do Deputado **Lindolfo Pires**



PROJETO DE LEI Nº 188 /2007

Declara de utilidade pública a Loja
Maçônica Lindolfo Pires nº 1894 da cidade
de Sousa/PB.

A Assembleia Legislativa decreta:

Art. 1º É declarada de utilidade pública a Loja Maçônica Lindolfo Pires nº 1894,
com sede na cidade de Sousa/PB.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

(ORAL EM PLENÁRIO)

Plenário José Mariz, em 12 de Junho de 2007.

Lindolfo Pires

Deputado Estadual


Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à SRF a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 09.174.731/0001-28	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 18/08/1976
NOME EMPRESARIAL LOJA MACONICA LINDOLFO PIRES NUMERO 1894			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) LOJA MACONICA			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - OUTRAS FORMAS DE ASSOCIACAO			
LOGRADOURO BR 230	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO	
CEP 58.806-000	BAIRRO/DISTRITO JARDIM BELA VISTA	MUNICÍPIO SOUSA	UF PB
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 568, de 8 de setembro de 2005.

Emitido no dia **09/06/2007** às **11:41:25** (data e hora de Brasília).

[Voltar](#) [Preparar página para impressão](#)

A SRF agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)





À Glória do Grande Arquiteto do Universo

Grande Oriente Estadual da Paraíba
Federado ao Grande Oriente do Brasil

Diploma

O Grande Oriente Estadual da Paraíba, confere a

Aug.: Resp.: Loj.: Simb.: Lindolfo Pires N° 1894

A Comenda Acácia Amarela, outorgada na comemoração dos 30 anos de instalação do GOEPB, enaltecendo a memorável participação desta loja na fundação e instalação deste Grande Oriente.

Oriente de João Pessoa-Paraíba, 07 de setembro de 2005 da E.: V.:


ADEGUMAR RESERRA BARROS
Gr.: Sec.: de Administração

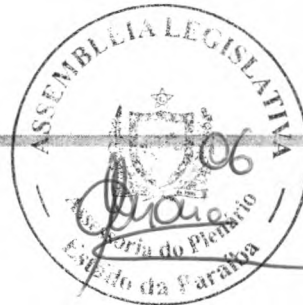

FRANCISCO NUNES DE ALMEIDA
Grão-Mestre


SALATIEL CARLOS FERNANDES
Gr.: Sec.: da Guarda dos Selos





Prefeitura de Sousa
GABINETE DO PREFEITO



LEI MUNICIPAL Nº. 1.733/99.

RECONHECE COMO DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL A LOJA MAÇÔNICA "LINDOLFO PIRES", E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE SOUSA**, ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, faço saber que a Câmara Municipal de Sousa aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

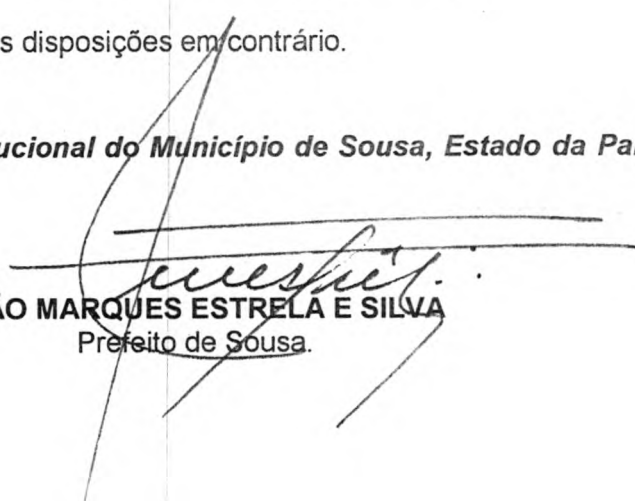
Art. 1º - Fica reconhecida como de utilidade pública municipal a Loja Maçônica "Lindolfo Pires", nº 1894, na cidade de Sousa, Estado da Paraíba, federada ao Grande Oriente do Brasil.

Art. 2º - A critério do Poder Executivo Municipal, poderão ser repassados a referida Loja Maçônica, recursos financeiros através de subvenções ou convênios, com intuito de ajudá-la na execução e cumprimento de seus objetivos.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Constitucional do Município de Sousa, Estado da Paraíba, 19 de março de 1999.


JOÃO MARQUES ESTRELA E SILVA
Prefeito de Sousa.



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
CASA DE EPITÁCIO PESSOA



SECRETARIA LEGISLATIVA

**REGISTRO DA TRAMITAÇÃO PROCESSUAL LEGISLATIVA DAS MATÉRIAS
SUJEITAS À APRECIÇÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E
REDAÇÃO E DEMAIS COMISSÕES PERMANENTES E/OU TEMPORÁRIAS**

Registro no Livro de Plenário
nas fls. 188 sob o nº 188/07
Em 12 / 06 / 2007

P. Magalhães Maia
Diretor da Div. de Assessoria ao Plenário

Constou no Expediente da Sessão
Ordinária do dia 13 / 06 / 2007

P. Magalhães Maia
Div. de Assessoria ao Plenário
Diretor

Remetido ao Departamento de Assistência
e Controle do Processo Legislativo
Em, 13 / 06 / 2007.

P. Magalhães Maia
Dir. da Divisão de Assessoria ao Plenário

Remetido à Secretaria Legislativa
No dia 13 / 06 / 2007

Conceição
Departamento de Assistência e Controle
do Processo Legislativo

À Comissão de Constituição, Justiça e
Redação para indicação do Relator

Em ____ / ____ / 2007.

Secretaria Legislativa
Secretário

Publicado no Diário do Poder Legislativo
no dia ____ / ____ / 2007

Secretaria Legislativa
Secretário

Assessoramento Legislativo Técnico

Em ____ / ____ / 2007

Secretaria Legislativa
Secretário

Designado como Relator o Deputado

Leopoldo Garçon
Em 02 / 08 / 2007

Leopoldo Garçon
Deputado
Presidente

Apreciado pela Comissão
No dia ____ / ____ / 2007

Parecer _____
Em ____ / ____ /

Secretaria Legislativa

Aprovado em (_____) Turno

Em ____ / ____ / 2007.

Funcionário

No ato de sua entrada na Assessoria de
Plenário a Presente Propositura consta
(01) Página (s) e (04)
Documento (s) em anexo.
Em 12 / JUNHO / 2007.

Washington Rêgo
Funcionário



ESTADO DA PARAÍBA

LEI Nº 6.324 , DE 08 DE JULHO DE 1996

Estabelece normas para as Associações e Fundações serem declaradas de utilidade pública no Estado da Paraíba.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA :

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º - As sociedades civis, associações, fundações e as entidades de caráter beneficente, educativo religioso, artístico e esportivo, poderão ser reconhecidas de utilidade pública no Estado da Paraíba, cujas finalidades objetivem o aperfeiçoamento físico, intelectual ou moral das pessoas.

Art. 2º - A instituição que pretenda beneficiar-se deste reconhecimento, encaminhará solicitação para efeito de iniciativa para Projeto de Lei, ao Governador do Estado ou a qualquer Deputado, juntando respectivos estatutos e fazendo prova de :

- I** - Personalidade Jurídica;
- II** - Possuir sede;
- III** - Estar em efetivo funcionamento;
- IV** - Que esteja realizando suas finalidades estatutárias, pelo menos a dois anos;
- V** - Que os cargos de sua diretoria não sejam remunerados e seus diretores possuam bons antecedentes e moralidade comprovada;
- VI** - Que se obriga a publicar, anualmente, a demonstração da receita e da despesa realizada no período anterior.



ESTADO DA PARAÍBA


Art. 3º - A instituição reconhecida de utilidade pública no Estado da Paraíba, terá preferência na obtenção de quaisquer auxílios ou subvenções e demais benefícios prestados pelo Estado da Paraíba.

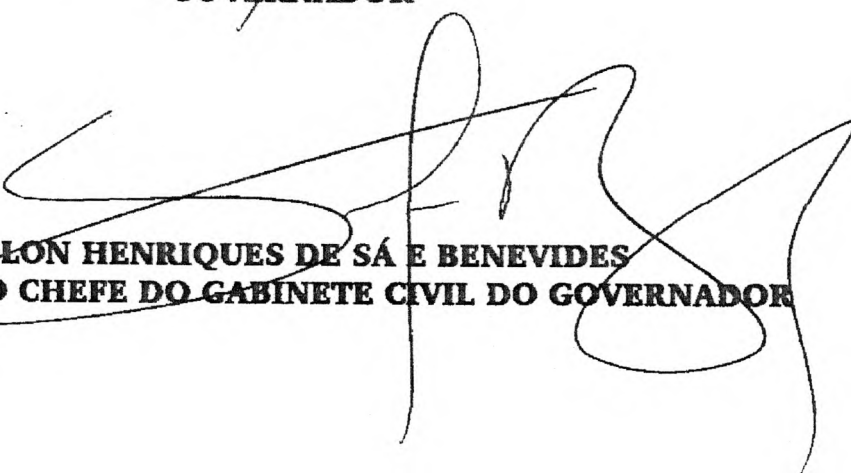
Art. 4º - A qualquer tempo poderá o Legislativo tornar sem efeito esse reconhecimento, se provada a falsidade das alegações e dos documentos apresentados ou quando modificada a finalidade a que se propôs.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 08 de julho de 1996; 107º da Proclamação da República.


JOSE TARGINO MARANHÃO
GOVERNADOR


SOLON HENRIQUES DE SÁ E BENEVIDES
SECRETÁRIO CHEFE DO GABINETE CIVIL DO GOVERNADOR

**RELATÓRIO DOS PROJETOS COM TRAMITAÇÃO PARALISADA
EM FACE DA FALTA DE DOCUMENTOS AO REGULAR
PROCESSO LEGISLATIVO.**

EM FACE DA AUSÊNCIA DOS DOCUMENTOS
ELENCADOS, SOLICITAMOS A IMEDIATA REGULARIZAÇÃO DOS
MESMOS, SEGUNDO DESCRIÇÃO ABAIXO REFERIDA, A FIM DE DAR-SE
CONTINUIDADE AO PROCESSO LEGISLATIVO.

Projeto de Lei nº 188/2007

Documentos em falta:

1 - Declaração de uma autoridade pública, atestando que a
entidade encontra-se em pleno funcionamento.

2 – Cópia da Ata de Fundação.

3 – Cópia do Estatuto Social.

Em 16/03/2010.



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Comissão de Constituição, Justiça e Redação
16ª Legislatura / 4ª Sessão Legislativa

OFÍCIO CIRCULAR Nº 05/DEACT

João Pessoa, 16 de março de 2010.

Senhor(a) Deputado(a),

Em cumprimento a norma regimental, determino a Vossa Excelência que no **prazo de 15 dias**, sejam saneadas a documentação das proposições em que se encontra em tramitação nesta Comissão, as quais consta ser de Vossa autoria, medida necessária para dar seguimento processual à tramitação e elaboração de parecer por esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Certo de contar com a Vossa cooperação, segue em anexo, cópia do projeto de lei que requer atenção a esta providência.

Com consideração, subscrevo-me.

Deputado ZENÓBIO TOSCANO

Presidente

A(o) Exmo(a). Sr(a).
Deputado(a) Lindolfo Pires
N E S T A /

Recebido em: 22/03/10
Assessoria Legislativa da Paraíba